

introdução

O ser humano, através da visão, tem a possibilidade de identificar objetos, além de distinguir cores, formas, tamanhos e distâncias. A visão apresenta-se como um sentido de grande importância na captação de estímulos e projeções espaciais, facilitando o relacionamento do homem na sociedade. Uma pessoa visualmente incapacitada tem o desafio de aprender a estimular outras habilidades que produzam sensações capazes de suprir tal deficiência. Para tanto, necessitam de apoio especializado, em um local de livre acesso que explore suas habilidades e garanta seu bem estar, onde profissionais capacitados conduzam a deficiência como uma diferença e não um déficit.

Para uma real inclusão social destas pessoas, é necessário que aprendam a lidar com as diferenças. Assim, produzir um espaço rico em alternativas e experiências onde o desenvolvimento do portador de deficiência visual seja estimulado, torna-se um desafio. Entretanto, vê-se necessária a criação de um centro de apoio ao deficiente visual que ofereça todos os meios de desenvolvê-las com equidade. Já que são poucos os exemplos encontrados em Santa Catarina e principalmente no sul do Estado, onde está localizada a associação para a qual foi desenvolvido o projeto.

A proposta se justifica pela carência de um estabelecimento ideal uma vez que a ADVISUL (Associação dos Deficientes Visuais do Sul) pede por novas instalações, pois desenvolve suas atividades em local adaptado para esta função. A idéia é que instalada em local adequado, a ADVISUL sustente as necessidades de apoios pedagógico, social e psicológico que hoje são oferecidas pelas instituições existentes na Grande Florianópolis, como a ACIC (Associação Catarinense de Integração do Cego) e a FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial). Estas associações, por sua vez, recebem interessados de todo o estado e muitas vezes, o deslocamento desses até a capital torna-se inviável, visto que em sua maioria são muito carentes.

Assim, entendeu-se a necessidade de que a instituição proposta estivesse instalada em local muito próximo às cidades de origem desses usuários, residentes no sul do estado, para garantir o acesso de todas os níveis sociais e criar oportunidades de convívio e inclusão para essas pessoas.

Em resumo, a proposta visa atingir crianças portadoras de deficiência visual desde o nascimento, passando por programas de estimulação precoce, sempre com acompanhamento dos pais até o seu ingresso na fase pré-escolar e escolar, quando passará a frequentar uma escola na rede regular de ensino, seguindo os princípios da educação inclusiva. Já na sua transição para a fase adulta, o objetivo é que através de oficinas profissionalizantes esses adolescentes possam especializar-se, aprendendo um ofício que esteja dentro dos limites de suas capacidades. O programa se estende também, para aqueles que adquiriram a deficiência na fase adulta e por isso precisam passar por um estágio de reabilitação para que possam encarar essa nova etapa da vida sem o sentido da visão.

breve histórico da educação para deficientes visuais

Uma análise retrospectiva na evolução histórica dos conceitos sobre as pessoas deficientes mostra, que, milênios antes da teoria darwiniana sobre a Seleção Natural das Espécies, o homem percebia as diferenças como prova cabal de inferioridade, o que, por muitos séculos, manteve as minorias submissas e acomodadas, convencidas, de que eram realmente incapazes. Não obstante, sempre houve o desejo de busca pela igualdade com o outro, de onde resultaram, as primeiras tentativas para a educação das pessoas deficientes, aquelas cujas diferenças eram consideradas mais grave, com danos diretamente proporcionais às suas capacidades.

Com o passar do tempo, idéias e concepções errôneas foram se desenvolvendo a respeito do indivíduo cego, como aquele incapaz de realizar tarefas ou atividades produtivas. O papel dos deficientes visuais na história, iniciou-se através de práticas de construção de espaços segregatórios, onde entidades filantrópicas movidas pelo sentimento de piedade, criaram casas e lares de apoio com o intuito de dar amparo e proteção, assim, a família ficava isenta do compromisso de assumir o deficiente.

Antes do século XVIII, quando foram criadas as primeiras instituições para escolarização de surdos e cegos na Europa, não havia uma preocupação da sociedade em relação à educação especial, mesmo porque a maioria das pessoas consideradas “normais”, não tinham acesso às escolas. Nos séculos XVI e XVII, foram criados alguns métodos de leitura e escrita em relevo, talhadas na madeira ou por varetas, servindo como antecessoras para a escrita Braille. Apenas alguns casos isolados de educação para cegos dessa época foram relatados, e contribuíram para afirmar que o cego poderia ter uma vida autônoma e integrada à sociedade.

Já no século XIX, ao mesmo tempo que o pensamento pedagógico moderno começa a ganhar destaque, a educação especial também adquire um pouco de relevância para a sociedade e o governo. Multiplicam-se os estabelecimentos para os portadores de deficiência visual, porém o caráter de muitos deles era mais médico que pedagógico, o que foi alterado com o

surgimento de estudos e experiências pedagógicas e de direitos humanos. Nesse século surgiram vários colaboradores para o aprendizado e integração dos deficientes visuais, como Louis Braille, que criou o método de leitura e escrita para cegos utilizado até hoje.

No entanto, a educação especial ainda se restringia em manter os deficientes visuais dentro de estabelecimentos especializados e, de uma certa forma, isolados do convívio da sociedade. Nesses estabelecimentos, os alunos exerciam atividades tais como artesanato e principalmente a música, porque se tinha em mente que a perda do sentido da visão gerava uma duplicação da força do sentido da audição. Com o passar do tempo, se começou ensinar o portador de deficiência visual, através do método decorativo, que se mostrou bastante ineficaz. O indivíduo decorava o conteúdo e provava seu entendimento através de provas orais. Após esse período, começaram a surgir alguns métodos de escrita, que também se mostraram ineficazes, pois não ofereciam condições para se produzir materiais com qualidade e muito menos com independência por parte dos alunos com alguma deficiência visual. Com o surgimento do método Braille, concluiu-se que seria perfeitamente possível promover a escolarização destes deficientes.

No Brasil, a primeira instituição a amparar e garantir ao cego o direito à cidadania foi o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” (atual Benjamim Constant), inaugurado em 1854 com o apoio do Imperador Dom Pedro II. Mas, a primeira experiência educacional para deficientes visuais no Brasil, não fora estruturada de forma conveniente na busca da construção de conceitos que contribuíssem para a sua adaptação às novas tendências renovadoras. À época, uma instituição modelo no país e em toda a América. A partir de 1926 criaram-se várias instituições de apoio ao deficiente visual, além de São Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais e outros Estados.

A prática constante desta experiência educacional, mantida ao longo dos anos, foi resultado dos diversos progressos no início do século, e sobre alguns aspectos, de regressão. O modelo em boa parte destas instituições, gerava mais conflitos do que resolvia, por fortalecer um ciclo pernicioso de segregação. Produzia-se uma farta comunidade de cegos super-protegidos, que em clausura, sem qualificação, estavam despreparados para o mundo real. Muitas vezes, e até nos dias de hoje, a instituição libera o deficiente visual por considerá-lo apto para a nova vida e ele não encontra o respaldo esperado no convívio da sociedade, assim, acaba retornando à instituição.

A partir do século XX, o mundo começou a adotar idéias de uma sociedade inclusiva, em que profissionais buscavam estratégias que dessem às pessoas com deficiência uma vida mais digna. O termo inclusão, estava longe de ser utilizado, mas já em 1959, nos países como Suécia, Noruega e Dinamarca especialistas da área da saúde e de educação verbalizavam o desejo de tirar das instituições segregadoras as crianças menos comprometidas, ou seja, com menor dificuldade de aprendizagem.

A inclusão no Brasil, anteriormente denominada Integração escolar, começou a acontecer somente em meados deste século, e a partir de um certo grau de instrução. Em algumas instituições a partir do Ensino Médio; outras, a partir da 5ª série do Ensino Fundamental. Pouquíssimas foram as instituições que promoveram essa integração a partir das séries iniciais.

Mesmo já existindo a postura de que o aluno portador de alguma deficiência só seria igualado a um aluno normal quando houvesse a inclusão e, que para essa integração, a instituição não poderia oferecer a escolarização dentro de seus estabelecimentos, no Brasil, só se oficializou a idéia na década de 70.

A sociedade inclusiva, ou sociedade para todos, é uma proposta da ONU feita em 1991 com o objetivo de implementar o mundo, até o ano de 2010 um modelo de sociedade comprometida com a inclusão incondicional das minorias. Privilegiados e marginalizados históricos, como portadores de deficiência física e mental, por exemplo, teriam os mesmos direitos a uma vida dinâmica e produtiva.

O Poder Público tem cumprido os pressupostos legais através da criação de salas especiais, centros de educação especial e centros de apoio psico-pedagógicos a fim de, assumir a escolarização do Portador de Necessidades Educativas Especiais. Em torno desse compromisso, começam a surgir debates sobre a integração, termo, que impõe certa restrição, porque no entendimento de alguns estudiosos e pesquisadores, a inclusão é uma questão muito mais abrangente, o que não significa apenas colocar o indivíduo deficiente dentro de uma sala de aula, mas, torna-lo parte atuante de uma sociedade.

O índice de deficientes visuais (cegos e com baixa visão) aumenta a cada dia, principalmente nos países emergentes e pobres. São, em sua maioria, advindos de camadas de baixa renda, e, frequentemente têm seus direitos castrados. Isso ocorre, por exemplo, com o atendimento médico e pedagógico de habilitação e reabilitação escamoteadas, basta recorrer à mídia quando denuncia situações precárias de atendimento nos serviços de saúde e educação.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 1% da população mundial apresenta algum problema de deficiência visual, desses, mais de 90% se encontram nos países em desenvolvimento. Dados do censo de 2000, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE afirmam que existem hoje no Brasil cerca de 16,5 milhões de brasileiros cegos ou com visão subnormal, número que equivale a 48,1% dos casos de deficiência no país, que incluem problemas auditivos, motores, mentais e físicos. Só nos três Estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são 2,9 milhões de deficientes visuais. Destes, 2,9 mil são crianças em idade escolar. Aplicando-se estes dados ao Estado de Santa Catarina, que tem uma população de 5,5 milhões de habitantes, existem aproximadamente 797,5 mil habitantes com algum tipo de deficiência, onde 383 mil teriam problemas de visão.

O número de instituições especializadas na reintegração dessa categoria ainda é restrito. São os grandes centros que apresentam infra-estrutura mais adequada, o que acaba segregando as populações do interior. Quanto aos objetivos de auto-suficiência, de uma educação adaptada à nova realidade, ou seja, com garantia de padrões de qualidade no atendimento aos deficientes, prioritariamente na criação de novos serviços especializados, na preparação para o ensino superior e para a formação profissional, estas instituições marcham em passos lentos e, muitas vezes, de forma inadequada, com vistas à qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência visual.

A educação dos alunos com Deficiência Visual no Estado de Santa Catarina, ocorre dentro do sistema educacional integrado, sendo o atendimento realizado em salas de recursos, situadas nas escolas regulares de cada região. Tal modalidade tem como objetivo “...mediar o processo de apropriação e produção do conhecimento dos educandos portadores de deficiência sensorial, através da utilização de instrumentos e signos específicos, que visem sua integração na sociedade. (SANTA CATARINA, 1990)

o panorama atual no estado de santa catarina

As mais fortes referências na educação de Deficientes Visuais no estado, estão localizadas na Grande Florianópolis, uma, a Fundação Catarinense de Educação Especial F.C.E.E, trabalha com todo tipo de deficiência sensorial, entre elas a visual e a surdo-cegueira, atendendo crianças de 0 a 14 anos. A outra, Associação Catarinense de Integração do Cego ACIC, atende deficientes visuais a partir dos 14 anos.

A Fundação Catarinense de Educação Especial, localizada mais precisamente no município de São José, monitora e acompanha a inclusão escolar em todo o estado, oferece material didático transcrito em braille ou em relevo a todo aluno que estiver frequentando uma sala de recursos, desenvolve pesquisas e objetos para a educação do deficiente visual, e ainda, atende alunos cegos da região de Florianópolis durante uma tarde por semana como forma de acompanhar seu desenvolvimento. O trabalho da FCEE se restringe, talvez, pela falta de instalações adequadas, de espaço físico e pela difícil acessibilidade da população de comunidades distantes.

Neste panorama, a Associação de Integração do Cego, ficou responsável pela iniciação para o mercado de trabalho e profissionalizante do indivíduo cego ou com visão subnormal. Instalada no bairro Monte Verde em Florianópolis, oferece novas instalações projetadas para o deficiente visual com uso de cores contrastantes, texturas, diferenciação de pisos, entre outros artifícios para uma boa acessibilidade desses deficientes no edifício. Porém, a associação não atua diretamente com crianças e na escolarização, seu trabalho é voltado à reabilitação e mobilidade.

No Sul do estado, compreendendo as microrregiões de Criciúma e Araranguá, a ADVISUL Associação dos Deficientes Visuais do Sul presta serviços às pessoas portadores de alguma deficiência visual. No estabelecimento adaptado, sem espaço físico para o desenvolvimento de diversas atividades essenciais, são atendidos adultos que necessitam de uma reabilitação para sua integração à sociedade e ao mercado de trabalho, e, também, crianças que frequentam as salas de recursos oferecidas pelo Estado na região. No local, recebem o apoio necessário para um melhor acompanhamento das aulas na escola regular que frequentam. São oferecidas no espaço, aulas de Braille, Computação, Orientação e Mobilidade além de outros recursos que possibilitem uma melhor qualidade de vida a estes deficientes. Porém, o espaço é inadequado, faltam salas para a aplicação de uma metodologia adequada, além de alojamentos para os mais carentes advindos do interior da região.

a advisul

A Associação dos Deficientes Visuais do Sul tem por finalidade, promover e integrar os portadores de deficiência visual de ambos os sexos e todas as idades, sem quaisquer distinções, envolvendo o espírito participativo e integrado dos familiares, funcionários, professores e alunos como um todo. Buscando promover a integração do indivíduo cego ou com baixa visão à família e à sociedade através de atividades educativas, profissionalizantes, culturais e recreativas, assim como conscientizá-los de suas possibilidades, limitações, direitos e deveres. As seguintes habilidades são desenvolvidas no estabelecimento:

- Apoio pedagógico com aulas de orientação e mobilidade.
- Alfabetização para cegos e alunos com baixa visão, além de ensino computacional para cegos.
- Consultas oftalmológicas para definição quanto ao grau de deficiência do indivíduo
- Acompanhamento dos educandos junto às famílias durante o processo reabilitatório feitas através de um assistente social e psicólogo.
- Aulas de atividades da vida diária.
- Estimulação Sensorio Perceptivo Motora.
- Estimulação visual.
- Realização de atividades físicas visando o equilíbrio, postura e alinhamento.
- Atividades ocupacionais e funcionais, visando a integração dos associados.
- Trabalhos artesanais e educação para o trabalho.

a arquitetura escolar

O ensino é uma atividade dinâmica. O mesmo não se pode afirmar dos programados espaços onde ele é construído. A formulação de normas de arquitetura e interiores para a educação básica remonta a segunda metade do século XIX, na França. O Brasil assimilou essas regras e seus códigos de edificação que são vigentes ainda hoje, preservando muitos conceitos de mais de cem anos. Ao se analisar uma planta de 1920 e outra de 1994, inevitavelmente se encontrará a mesma estrutura: circulação (corredores), salas de aula, pátios e administração. Esta constatação talvez venha confirmar as teorias sobre tipologias arquitetônicas e a transcendência de soluções no tempo. Ou indicar que talvez a educação não seja tão dinâmica como se imagina.

Na escola as crianças não apenas aprendem os conhecimentos sistematizados, mas principalmente aprendem a conviver, a respeitar os limites do individual e do coletivo, sendo ela a responsável por boa parte da formação de seus alunos. Por isso é que a educação está além da sala de aula. Está nos corredores, no convívio com os colegas, professores, funcionários, nas atividades com os pais, e com a comunidade.

A arquitetura faz parte deste contexto, sendo o cenário da vida escolar. Conforma os espaços de estudo, recreação, lazer, circulação, além de outros, dá suporte a estes elementos que podem e devem estimular o aluno na sua formação e sua vivência em grupo. Além de cumprir a determinadas normas de dimensões, atividades, conforto térmico, acústico e de iluminação, instalações elétricas e hidro-sanitárias, e outras disposições para edifícios escolares; a arquitetura interage com seu usuário, fornece-lhe escala, orientação, delimita ambientes, funções, indica alternativas de espaços, estimula sensações, oferece privacidade ou exposição.

Apesar do conservadorismo em muitos programas arquitetônicos escolares, a arquitetura escolar tem evoluído ao longo da história, na medida em que os conteúdos didáticos se transformaram e novas relações se estabeleceram entre alunos e professores. São, no entanto, as inovações pedagógicas as grandes responsáveis pelas transformações mais profundas na configuração do espaço escolar. Estas transformações ocorreram, somente mais recentemente compatibilizando as novas idéias em relação à educação a uma concepção espacial adequada.

o local de intervenção

Diante à carência de espaços públicos e privados qualificados, quanto às questões de acessibilidade e inclusão social, nas cidades brasileiras e principalmente nos pequenos centros, a proposta de intervenção adequa-se especialmente à necessidade dos portadores de deficiência visual do sul do Estado de Santa Catarina.

A proposta é implantar o “Centro de Apoio ao Deficiente Visual” em um município que seja polarizador de recursos na região. Para este fim, foi escolhida a cidade de Criciúma, uma vez que o objetivo é que essa associação atenda todos os municípios vizinhos das microrregiões de Criciúma e Araranguá (ver mapa abaixo).



Mapa Santa Catarina - Destaque Região Sul.
Fonte: A autora (2003).

A área optada para a implantação do projeto está localizada na cidade de Criciúma, no bairro Próspera. A cidade está a 196Km de distância em direção Sul da capital de Santa Catarina, Florianópolis e a 290Km da cidade de Porto Alegre/RS. O motivo pelo qual foi escolhido o bairro Próspera surgiu da própria centralidade apontada pelo terreno em relação ao centro da cidade e à BR-101, como também do fato de que a atual sede da instituição em questão, está localizada neste bairro. O terreno escolhido é de fácil acesso tanto para os moradores da cidade, quanto para quem chega de outras localidades. A foto aérea ao lado mostra o terreno e seu entorno:

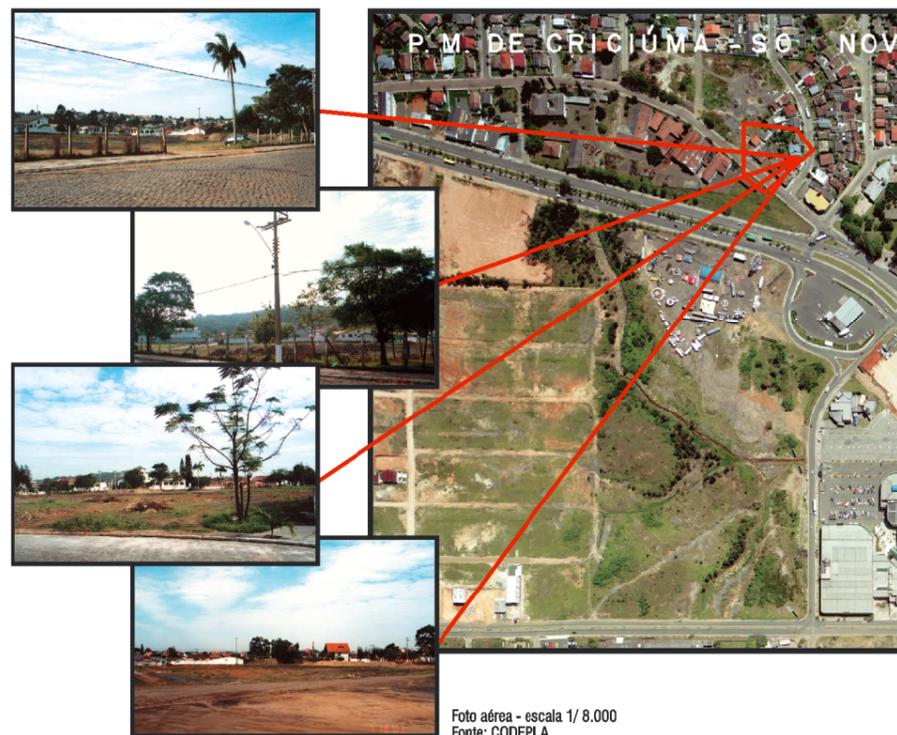


Foto aérea - escala 1/ 8.000
Fonte: CODEPLA

o projeto

O partido do projeto busca desenvolver volumes arquitetônicos que contribuam para o caráter de centralidade e de referencial da área. A partir daí, foram três os pontos determinantes das diretrizes deste projeto. O primeiro, foi imposto pela própria situação do terreno, que faz face para três ruas distintas e despertou o desejo de se ter três fachadas independentes: a primeira, na Rua Galosvaldo Pinto da Veiga, paralela à Avenida Centenário, onde foi localizada a entrada da escola e do setor de reabilitação; a segunda, localizada na esquina entre a primeira e a Rua Antonio Benedet, abrigou o comércio e a entrada para o setor de oficinas; e a terceira, a Rua São Pedro cujo caráter é residencial, recebeu o setor de habitação.

Outro ponto relevante foi a utilização de pátios internos como áreas de recreação, o que configurou a posição das salas no edifício e o que permite a comunicação e favorece a troca de experiências entre as mesmas. Devido à extensa área do terreno e sua topografia plana, optou-se pela não verticalização da edificação, a fim de não criar obstáculos para seus usuários. Criou-se eixos de circulação bem distintos que configuram o prédio e permitem ao deficiente visual uma orientação segura, assim as aulas de orientação e mobilidade poderão ser ministradas dentro da própria edificação, já que os blocos dos setores funcionam como quarteirões que hora são cortados por ruas internas. O desenho nos pisos conduz

os usuários, mas também permite que estes tenham a capacidade de decisão, como ocorreria fora dos limites da edificação, já que propositalmente, em alguns pontos ele não existe. Isto, para estimular o deficiente de visão a explorar os locais desconhecidos através de outros sentidos como a audição, o olfato, o tato, entre outros. Mapas táteis com informações sonoras foram estrategicamente posicionados para contribuir na localização do usuário dentro do edifício.

Uma outra diretriz do partido foi a possibilidade de que a edificação pudesse ser construída em etapas de acordo com os recursos disponíveis pela associação. Para tanto, o programa inicial foi dividido em 5 setores: Educação e Administração, Biblioteca e Informática, Estimulação, Oficinas e Produção de material didático. Os setores estão dispostos em blocos que se integram (veja a sugestão da ordem de construção no mapa).

O setor da educação, propositalmente voltado para o leste, tem suas salas agrupadas de acordo com a faixa etária que vai dos quatro aos oito anos entre as crianças, passando pelos adolescentes que frequentam a rede regular de ensino e na instituição recebem aulas de reforço, até os adultos em fase de reabilitação.

As salas de jardim I e II atendem crianças em período integral dos quatro aos seis anos, estas se conectam a um pequeno playground protegido com cerca viva, para o controle dos educadores, como extensão da sala de aula. A partir dos sete anos começa a fase de alfabetização, para esta, duas salas atendem os alunos também em período integral. Uma brinquedoteca, com um pequeno anfiteatro é uma opção para os dias de chuva. Há também uma sala para o ensino de língua estrangeira e outras duas para o ensino adulto, além das salas de monitoria. Neste setor, estão localizados os banheiros que atendem também à biblioteca e foram divididos em adulto, um masculino e outro feminino, ambos adaptados, e dois infantis ambos com chuveiro, um deles é comum às salas do jardim de infância o outro atende às classes de alfabetização.

Interligando os setores da educação, biblioteca e estimulação, um pátio interno, descoberto, serve como opção de lazer e descanso aos usuários. Um desnível no piso devidamente sinalizado indica o uso pelas diferentes idades. O pátio reservado às crianças possui um traçado lúdico com diferentes texturas no piso, brinquedos desenhados no chão, além de espaços, sombreados ou não, para descanso. Do outro lado, uma fonte propositalmente centralizada num dos eixos de circulação serve como fator de referência para o deficiente visual, que neste caso, além do desenho no piso que o guiará ao seu destino, poderá utilizar o sentido da audição para se localizar. Neste projeto, os caminhos se integram aumentando a relação entre o interior e o exterior das salas.

Junto à biblioteca, onde estão as salas de computação e audioteca, um deck prolonga a área de leitura para fora da edificação, a porta tipo camarão integra a biblioteca ao pátio externo. Este setor se configura através de um eixo de circulação que interliga as salas ao pátio central. Circundando este bloco, um caminho externo simula um quarteirão e seus obstáculos.

O último setor desse primeiro volume é o de estimulação, que atende crianças desde o nascimento até adultos em fase de reabilitação. Aqui, um pátio interno com cobertura translúcida foi criado junto à área de convivência, o pé direito alto com ventilação através de elementos vazados elimina o efeito estufa causado pelo policarbonato. Este setor comunica-se com os outros através dos eixos de circulação que interligam o setor das oficinas ao da educação.

A administração foi dividida entre o setor da educação e das oficinas. Junto ao primeiro estão a secretaria e direção. No segundo, a produção de material didático, justamente por ser uma atividade com ruídos ocasionados pelas máquinas de impressão, optou-se por segregar estas atividades.

Por fim, o setor das oficinas configurado também por um pátio interno, cuja a função é a de receber feiras e eventos promovidos pela instituição. Aqui, aproveitando-se a fachada de esquina foram implantadas salas comerciais para que os produtos produzidos dentro da associação pelas oficinas profissionalizantes sejam comercializados. Um solário conecta as salas de artes e permite a integração e a troca de experiências entre os alunos das duas turmas.

Junto a este setor, também por ser uma atividade que provoca ruído, estão os refeitórios adulto e infantil, separados assim para o maior conforto das duas faixas etárias. No infantil, um deck com pergolado em madeira é uma opção para uma refeição em área aberta nos dias quentes. Uma passarela coberta faz a ligação entre os blocos.

Aproveitando-se a grande extensão do terreno, além de uma rua interna que dá acesso ao estacionamento para os funcionários, um jardim lúdico foi criado a fim de estimular os diferentes sentidos do deficiente visual. O caminho externo tem o piso com cantos arredondados o que estimula o sentido de orientação e equilíbrio no transeunte e é propositalmente interrompido em alguns pontos a fim de despertar a capacidade de decisão do indivíduo como ocorreria fora dos limites da edificação.

Junto ao setor de habitação, que não foi detalhado neste projeto, apenas sugerido, está a possibilidade de ampliação do setor escolar. A proposta é que esta ampliação surja como um vetor de crescimento pré-determinado, como mostra o mapa de setorização.

Em toda a edificação, utilizou-se o sistema de ventilação cruzada, onde as janelas com abertura maior foram posicionadas para o vento dominante na região, vento leste. Na fachada principal junto ao corpo do setor de educação, janelas pivotantes associadas à meias-paredes indicam a diferente função. Este detalhe da fachada externa foi rebatido para o interior do edifício propositalmente, para que o deficiente visual não se machuque quando a janela pivotante estiver aberta, assim, aproveitando-se o espaço resultante, estantes foram projetadas entre as mesmas. O desenho das portas e janelas voltadas para os pátios internos convida os usuários à troca de experiências, janelas baixas facilitam a observação das crianças. Nas portas, também, vidros integram o interior e o exterior.

Na cobertura, aberturas zenitais (sheds) foram posicionadas para o sul, a fim de aumentar a iluminação nas salas do setor de educação e biblioteca, mas, sem a incidência direta de luz solar, o que ocasionaria reflexos e ofuscamento. Também com este intuito, na fachada sul voltada para o pátio interno, pórticos com estrutura em madeira recebem cobertura translúcida que se prolongam até o caminho que liga este setor aos refeitórios. Já na porção voltada para oeste, persianas de madeira associadas a bancos para descanso bloqueiam o sol indesejado da tarde.

Nos acessos ao edifício, pórticos destacam as entradas. Um jogo de alturas nas platibandas explora a volumetria da fachada principal, no setor de educação. Já no bloco ao lado, a telha aparente da cobertura e o pé direito diferenciado apontam as distintas funções abrigadas pelos dois volumes.

SETOR DE ENSINO

AMBIENTE	FUNÇÃO	ATIVIDADES	USUÁRIOS	FREQÜÊNCIA	ÁREA	QUANTIDADE
Pré-escola	Integração, convivência, desenvolvimento, comunicação, mobilidade e sentidos.	Atividades em grupo. Brincar, cantar, explorar o espaço.	Crianças de 4 a 6 anos CE e BV. Professora e estagiária.	Turmas de 6 a 8 alunos. Encontros diários em período integral.	48 m² 1	2 salas.
Espaço da soneca	Descanso das crianças da pré-escola.	Dormir.	Crianças de 4 a 6 anos CE e BV. Professora e estagiária.	Diária. Turmas de 4 a 8 anos.	11 m² 2	1 sala.
Alfabetização	Dar condições aos alunos CE e BV de ingressarem na rede regular do ensino.	Ensino do método Braille, Sorobá, etc.	Crianças CE e BV de 7 a 9 anos Professora e estagiária.	Encontros diários em período integral. Turmas de 2 a 3 alunos por período.	30 m² 3	2 salas.
Monitoria - Ensino Fundamental	Continuidade ao ensino escolar.	Reforço às matérias de difícil assimilação. Atividades individuais.	Crianças CE e BV de 8 a 14 anos. Professora e estagiária.	Encontros 3 vezes por semana.	16 m² 4	2 salas.
Ensino adulto e Reabilitação	Habilitar e reabilitar adultos DV.	Ensino do método Braille, Sorobá, etc. Atividades individuais ou em grupo.	Jovens e adultos que já completaram o E.F. (em fase de reabilitação) ou adultos em fase de aprendizado.	Turmas de 4 a 8 alunos por período. Encontros diários.	32 m² 5	2 salas.
Língua estrangeira	Dar condições ao DV o aprendizado de uma língua estrangeira.	Ensino através de equipamentos de som, objetos e brincadeiras.	Crianças a partir dos 8 anos e adultos. Professor e estagiário.	Turmas de 3 a 6 alunos. 2 encontros por semana.	32 m² 6	1 sala.
Pátio descoberto	Integração, recreação, mobilidade.	Recreação, ensino, recepção e controle.	Todos os usuários.	Horários de recreação e atividades didáticas.	518 m² 7	1 pátio subdividido em adulto e infantil.
Secretaria/direção	Coordenação e orientação.	Coordenação, contato com os pais e orientação pedagógica.	Diretor e secretário.	Integral. Eventual atendimento aos pais.	28 m² 8	1 sala.
Administração	Administração.	Administração.	Administrador e secretário.	Integral.	17 m² 9	1 sala.
Sala de professores	Reuniões, preparo das aulas, intervalo, p/ guardar materiais.	Reuniões, preparo das aulas, intervalo, p/ guardar materiais.	Professores e estagiários.	Eventual nos intervalos e tempo livre dos professores.	45 m² 10	1 sala.
Depósito de materiais	Guardar materiais didáticos e pedagógicos utilizados nas aulas em sala e educação física.	Armazenar brinquedos, equipamentos e materiais pedagógicos.	Eventual professores e zeladoria.	Eventual professores e zeladoria.	17 m² 11	1 sala.
Bwc adulto	Apoio aos funcionários, professores e alunos.	Uso de funcionários, professores e alunos.	Professores, funcionários e alunos.	Integral.	33 m² cada 12	1 masc. e 1 fem.
Bwc infantil	Apoio às crianças e auxílio nas aulas de atividades da vida diária.		Entre as salas da pré-escola um banheiro unissex atende crianças de 4 a 6 anos. Um outro atende à alfabetização.	Integral.	11 m² (unissex) 13 m² cada outros 13	1 unissex 1 masc./1 fem.

SETOR DE OFICINAS

AMBIENTE	FUNÇÃO	ATIVIDADES	USUÁRIOS	FREQÜÊNCIA	ÁREA	QUANTIDADE
Ginástica	Desenvolver a coordenação motora, estimular os movimentos, a força e o equilíbrio.	Exercícios de mobilidade, dança, descoberta do corpo.	Crianças e jovens encaminhados pelo setor de estimulação; Professor, estagiário e eventualmente fisioterapeuta.	1 a 2 vezes por semana.	40 m²	1 sala.
Ensino musical	Ampliar as experiências sensoriais, cognitivas e afetivas. Estimular o sentido da audição.	Aulas de música e estimulação da audição.	Turmas de até 6 alunos ou individual. Professor.	1 a 2 vezes por semana.	33 m²	1 sala.
Oficinas de arte	Estimular a coordenação motora entre outros sentidos.	Pintura, escultura e artes manuais.	Turmas de até 8 alunos e professor.	1 a 2 vezes por semana.	30 m²	2 salas.
Solário	Desenvolver atividades ao ar livre.	Pintura, escultura e artes manuais.	Alunos das oficinas de arte.	1 a 2 vezes por semana.	40 m²	1 sala.
Massoterapia	Ensinar a profissão aos alunos e atender à comunidade.	Ensino de massoterapia.	Turmas de até 3 alunos e professor.	1 a 2 vezes por semana.	38 m²	1 sala.
Cozinha experimental	Oferecer possibilidades ao DV p/ o aprendizado de uma profissão. Auxiliar nas AVD.	Aulas de AVD e cursos profissionalizantes.	Alunos a partir dos 14 anos.	1 a 3 vezes por semana.	35 m²	1 cozinha.
Bwc	Apoio aos usuários do setor.	Apoio.	Alunos e professores.	Integral.	12 m² cada	1 masc. 1 fem.
Cozinha da cantina	Preparo das refeições oferecidas pela instituição.	Preparo dos alimentos servidos nos refeitórios.	Funcionários.	Integral.	44 m²	1 sala.
Refeitório	Receber alunos p/ as refeições.	Receber alunos p/ as refeições.	Alunos, professores e funcionários.	3 vezes ao dia.	79 m² (adulto) 52 m² (infantil)	1 adulto. 1 infantil.
Horta	Estimular o contato c/ a terra despertando os sentidos.	Aulas de AVD e uso pela cantina.	Alunos de 4 a 18 anos, professores e funcionários da cantina.	1 a 2 vezes por semana.	25 m²	1 horta.
Lojas	Comercialização dos produtos desenvolvidos nas oficinas.	Venda de produtos.	Alunos e professores.	Integral.	12,16,20 e 21m²	4 salas.
Praça	Brincadeira, mobilidade, integração e exposições.	Recreação, aulas de mobilidade, descaro e promoção de feiras e eventos.	Todos os usuários.	Integral.	350 m²	1 praça.

SETOR DE ESTIMULAÇÃO

AMBIENTE	FUNÇÃO	ATIVIDADES	USUÁRIOS	FREQÜÊNCIA	ÁREA	QUANTIDADE
Estimulação precoce	Promover o desenvolv. global da criança, estimulando os sentidos remanescentes.	Estimulação através de brinquedos, luz, objetos. Atividades individuais.	Crianças CE e BV entre 0 e 4 anos. Profissional, pais e estagiária.	1 a 2 vezes por semana.	26 m²	1 sala.
Estimulação visual, motora e dos sentidos	Estimular resíduos visuais e outros sentidos. Estimular e recuperar funções de equilíbrio, força e coordenação motora.	Exercícios que estimulem os sentidos e a coordenação motora. Atividades Individuais ou em grupos.	Crianças CE e BV entre 5 e 14 anos, além de adultos. Profissional e estagiária.	1 a 2 vezes por semana.	58 m²	1 sala.
Avaliação oftalmológica/fonoaudiológica	Avaliar o nível de acuidade visual do DV.	Avaliação de um oftalmologista e fonoaudiólogo no caso de surdez-coceira.	Profissional, crianças e adultos.	A avaliação ocorre de acordo com o quadro do DV.	22 m²	1 sala.
Assistência social e psicológica	Orientação de crianças, adultos e familiares.	Orientação. Encontros individuais ou das famílias.	DV, profissional e responsáveis.	1 vez por mês ou de acordo com a necessidade do avaliado.	20 m²	2 salas.
Espera/Recepção	Controle, informação e espera.	Controle, espera e encaminhamento p/ as seções.	Secretária, pais e filhos.	Integral.	22 m²	1 sala.
Depósito de materiais	Guardar materiais utilizados nas seções de estimulação.	Armazenar materiais pedagógicos e brinquedos.	Profissionais e secretária.	Eventual.	9 m²	1 sala.
Pronto Socorro	Atender à pequenas emergências médicas e fazer pequenos curativos.	Atender à pequenas emergências médicas e fazer pequenos curativos.	Ajudante.	Eventual.	14 m²	1 sala.
BWC e vestiário	Apoio aos funcionários, professores e alunos.	Uso de funcionários, professores e alunos.	Professores, funcionários e alunos.	Integral.	27 m² cada	1 masc. 1 fem.
Piscina	Desenvolver funções de equilíbrio, força e movimentos.	Aulas de estimulação.	Crianças a partir dos 2 anos e adultos. Professor e fisioterapeuta.	1 a 2 vezes por semana. Turmas de até 6 alunos.	57 m²	1 piscina.

SETOR DE BIBLIOTECA E INFORMÁTICA

AMBIENTE	FUNÇÃO	ATIVIDADES	USUÁRIOS	FREQÜÊNCIA	ÁREA	QUANTIDADE
Informática	Ensinar o uso de programas de computador que auxiliem no aprendizado do DV.	Aulas de informática através de programas especializados e pesquisas na internet.	Alunos a partir dos 6 anos. Professor.	Turmas de 6 a 8 alunos. 2 vezes por semana Eventual p/ pesquisas e passatempo. Individual em qualquer horário.	40 m²	1 sala.
Audioteca	Proporcionar leitura e lazer através dos "livros falados".	Escuta e empréstimo de fitas e cd's.	Alunos e professores.	Individual em qualquer horário.	27 m²	1 sala.
Depósito	Armazenar fitas utilizadas na audioteca.	Armazenar fitas utilizadas na audioteca.	Alunos e professores.	Individual em qualquer horário.	13 m²	1 sala.
Atendimento/Cópias	Atender e controlar os usuários da biblioteca. Tirar cópias em tinta p/ os videntes.	Empréstimo de livros e material audio-visual.	Alunos, professores e visitantes.	Individual ou em grupos. Em qualquer horário.	12 m²	1 sala.
Biblioteca	Arquivar livros adaptados p/ o Braille e em tinta p/ a pesquisa de professores, funcionários e familiares.	Arquivo, leitura e estudo.	Todos os usuários da instituição.	Individual ou em grupos. Em qualquer horário.	128 m²	1 sala.
Deck de leitura	Integração, recreação e leitura.	Descanso, leitura p/ grupos.	Todos os usuários da instituição.	Individual ou em grupos. Em qualquer horário.	90 m²	1 deck.

SETOR DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

AMBIENTE	FUNÇÃO	ATIVIDADES	USUÁRIOS	FREQÜÊNCIA	ÁREA	QUANTIDADE
Adaptação computacional	Transformar os livros originais em escrita Braille.	Transformar livros de disciplinas teóricas como: português, inglês, história e geografia.	Funcionários.	Diária pelos funcionários.	23 m²	1 sala.
Adaptação em relevo	Transformar mapas e figuras originais em sistema Braille.	Reproduzir manualmente os desenhos presentes nos livros para a escrita Braille, utilizando materiais de diferentes texturas.	Funcionários.	Diária pelos funcionários.	23 m²	1 sala.
Adaptação manual	Transformar em escrita Braille (sem o auxílio do computador) os livros de ciências exatas.	Reproduzir manualmente os livros de ciências exatas.	Funcionários.	Diária pelos funcionários.	20 m²	1 sala.
Revisão de textos	Revisar o material convertido p/ Braille antes de enviá-lo ao aluno.	Confronto do material em tinta original com o Braille adaptado.	Funcionários.	Diária pelos funcionários.	20 m²	1 sala.
Xerox e acabamento final	Xerox e encadernação do material já adaptado.	Xerox e encadernação do material já adaptado p/ o envio ao aluno.	Funcionários.	Diária pelos funcionários.	25 m²	1 sala.
Arquivo e Impressão	Arquivo dos livros já adaptados pela instituição e impressão do material adaptado pelo sistema computacional.	Arquivo do material original adaptado e impressão.	Funcionários.	Diária pelos funcionários.	25 m²	1 sala.



Comércio presente no entorno.
Fonte: a autora



Comércio presente no entorno.
Fonte: a autora



Residências presentes no entorno.
Fonte: a autora



Residências presentes no entorno.
Fonte: a autora

Habitação propositalmente voltada para a face residencial do terreno. A proposta é que este setor tenha uma tipologia de caráter residencial, e, ao mesmo tempo, carregue traços característicos das edificações da instituição.

A rua interna dá acesso ao estacionamento para funcionários.

Acesso à instituição através do setor de oficinas. As lojas comerciais foram estrategicamente voltadas para a esquina do terreno seguindo a proximidade de outros pontos comerciais no entorno.

A cor de cada bloco indica a possibilidade de construção em etapas da edificação. O uso alvenaria estrutural facilita a modulação dos setores.



Legenda:

- Setor de Ensino e Administração
- Setor de Produção de Material Didático
- Setor de Estimulação
- Setor de Oficinas
- Setor de Biblioteca e Informática
- Setor de Habitação e Previsão de ampliação para a escola

Entrada principal da instituição que conduz ao setor de ensino e estimulação.



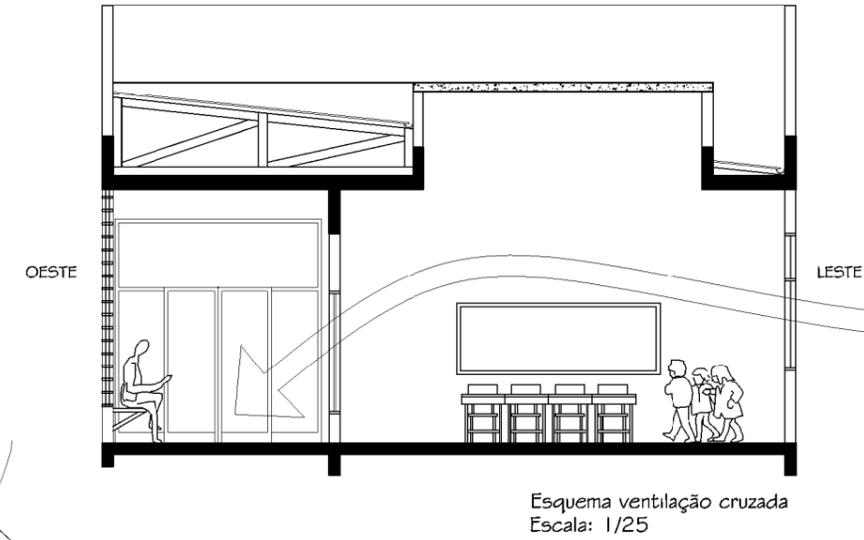
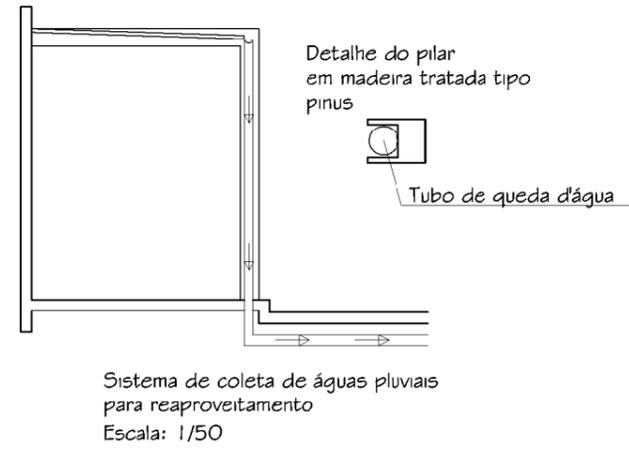
Acesso fácil ao terreno. Proximidade à principal avenida da cidade. Fonte: a autora



Centro de apoio à vida mantido pela prefeitura. Fonte: a autora



Pátio interno setor de ensino.



Pórtico de ligação entre o bloco de ensino e o de oficinas.

